



Esfera pública no *Facebook*: o caso da página Nação Nordestina¹

João Victor SALES²

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Por meio de um estudo de caso da página Nação Nordestina no Facebook, discutimos a possibilidade de constituição de uma esfera pública virtual, a partir da abordagem habermasiana. Considerando os principais elementos apontados por Habermas, partimos da observação do conteúdo e de entrevistas com o criador da página para desenvolver nossa hipótese do caráter predominantemente público da comunicação estabelecida nesse espaço virtual.

Palavras-chave: esfera pública; internet; Nação Nordestina; Facebook.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de analisar a possibilidade de constituição de uma esfera pública no ciberespaço a partir de um estudo de caso sobre a página Nação Nordestina³, no Facebook. A principal hipótese que norteia nossa investigação é de que a identificação proporcionada pelo conteúdo da página entre os indivíduos da rede social ocorre no contexto de uma esfera pública virtual, categoria defendida ao longo do artigo sobretudo a partir dos conceitos normativos de esfera e opinião pública, na perspectiva de Jürgen Habermas (1997; 2003).

Para a metodologia, levamos em conta alguns princípios apontados por Gil (2009) para o delineamento denominado de estudo de caso: entre eles, a contemporaneidade do fenômeno pesquisado, a consideração dele no seu contexto, a profundidade do estudo e a flexibilização nas normas e procedimentos. De forma geral, optamos por um estudo exploratório por conta ausência de um volume significativo de material teórico sobre o objeto, ao mesmo tempo em que o objetivo principal é buscar uma nova compreensão do fenômeno propondo novos problemas e hipóteses (SELLTIZ *et al.*, 1975).

O caso analisado é de uma página do Facebook criada em 2011 pelo cearense Bráulio Bessa, que já ultrapassou a marca de 1 milhão de fãs. O conteúdo tem

¹ Trabalho apresentado no DT 5 – Rádio, TV e Internet do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de junho de 2015.

² Mestrando do Curso de Comunicação da UFC, email: jv_melo.sales@gmail.com.

³ www.facebook.com/nacaonordestina.



um caráter predominantemente regionalista e é publicado em formatos variados, como textos, fotos, notícias e vídeos, todos relacionados aos Estados do Nordeste. O sucesso conquistado primeiramente no Facebook proporcionou a Bessa a rentabilidade em algumas atividades com foco no regionalismo: não apenas o gerenciamento de páginas Nação Nordestina nas mídias sociais, mas também a promoção de palestras sobre a cultura nordestina, a criação da marca de camisetas regionalistas Zé Filé e a administração de um site, que já foi retirado do ar.

Juntamente à revisão bibliográfica, escolhemos como *corpus* empírico para observação assistemática apenas o conteúdo da página no Facebook e analisamos três entrevistas de Bráulio Bessa disponíveis na internet⁴ e uma entrevista semi-estruturada cedida a nós por telefone em junho de 2014, com abordagens mais específicas para nossa problemática. Por conta do propósito exploratório, discutimos o material por meio de uma análise fundamentada teoricamente, em que nos dotamos de um arcabouço teórico que confira significado aos dados discutidos ao longo do artigo (GIL, 2009). Por esse motivo, escolhemos apresentar alguns trechos das entrevistas ao longo das seções, de forma articulada às discussões dos autores.

1. A esfera pública

Neste artigo, trabalhamos com o pressuposto de que uma afirmação regionalista nas redes sociais, como na página Nação Nordestina, é um processo que pode acontecer no contexto de uma esfera pública virtual. Nesta seção, serão apresentadas algumas considerações que nos levam a defender a utilização desse conceito ainda controverso entre diversos autores.

A categoria *esfera pública*, cujo destaque foi dado inicialmente na década de 1960 por Jürgen Habermas (2003), ainda hoje é objeto de problematização de distintas abordagens. A reflexão sobre ela torna-se então mais complexa quando é analisada a partir dos contextos das novas tecnologias, com a interconexão global dos indivíduos por meio da internet.

Antes de discutirmos suas relações com a internet, é preciso destacar o que entendemos a respeito dessa categoria, a partir da perspectiva habermasiana.

A esfera pública é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma

⁴ Entrevistas concedidas ao portal Tribuna do Ceará, à TV Jangadeiro e à revista Brazil com Z, respectivamente citadas ao longo do artigo.



coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional (GOMES, 1998, p. 155).

Racionalidade, discursividade, publicidade⁵ e acessibilidade são alguns elementos importantes para caracterizar essa esfera. Nela haveria a busca de esclarecimento e entendimento recíprocos por parte de um público de pessoas privadas reunidas, por meio da concorrência de posições apresentadas na forma de argumentos racionais. Diferentemente da prática política do segredo, que legitima decisões a partir da mera vontade de um indivíduo, são as razões discursivamente expostas que passam a estabelecer quais posições seriam aceitáveis ou não. Para isso, é necessária ainda uma posição de liberdade comunicativa entre os participantes perante os atos de falas dos outros, num espaço público constituído por meio da linguagem. Além disso, haveria a exigência de que tais públicos não fossem excludentes, provendo a liberdade de acesso para qualquer indivíduo interessado no debate, com qualquer argumento que se queira introduzir na pauta (HABERMAS, 1997; GOMES, 1998). Os meios de comunicação inclusive têm aí um papel importante:

No modelo liberal, a imprensa era ao mesmo tempo um lugar, uma ocasião e um meio da pública comunicação. Nela, por ela e com ela se estabelecia o debate aberto e racional acerca de quaisquer objetos de interesse comum levados a termo por um público de pessoas privadas aptas para o uso público da razão (GOMES, 1998, p. 164).

Na abordagem original sobre a categoria, a principal problemática foi situada em torno do que Habermas (2003) denominou como a “refeudalização” da esfera pública. Idealizada a partir dos casos europeus de esfera pública liberal burguesa, que surgiu em contraposição aos regimes absolutistas, ela teria sido refuncionalizada a partir do processo de comercialização e concentração das instituições midiáticas nas mãos de pessoas privadas.

Com efeito, se, antes, o fato de a imprensa ser privada significava ter garantida a sua liberdade crítica em face da autoridade, agora, o fato de ser privada – portanto, de ser um campo de ressonâncias de interesses particulares – é que freqüentemente compromete a sua função crítica [...] (GOMES, 1998, p. 164-165)⁶.

Inicialmente a abordagem habermasiana é radical em afirmar um processo de despolitização e comercialização da esfera pública midiática, de forma que esta se

⁵ Publicidade, no conceito habermasiano original em alemão (*öffentlich*), aproxima-se mais de uma noção de visibilidade pública dos posicionamentos do indivíduo de forma que estejam sujeitos à crítica.

⁶ Wilson Gomes (2003) resume essa concepção de forma ainda mais clara: a mediação discursiva das posições não é mais feita no interior da esfera pública, mas para a e diante da esfera pública, de forma a “seduzi-la”.



teria tornado apenas uma “ilusão de esfera pública”, visto que predominaria aí o objetivo de manipulação do público por meio de uma publicidade acrítica, definida a partir de interesses privados não explícitos no conteúdo.

A grande imprensa repousa na refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral o acesso à esfera pública. No entanto, essa esfera pública ampliada perde o seu caráter político à medida que os meios para a “acessibilidade psicológica” poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixa (HABERMAS, 2003, p. 200).

Apesar de muitas instituições midiáticas ainda permanecerem hoje nas mãos de interesses privados, não se pode considerar ter havido uma descaracterização total da esfera pública, mesmo nos meios de comunicação, como se essa categoria não pudesse mais ser identificada no contexto atual. Afinal, na “nova esfera pública”, de acordo com Wilson Gomes (2003), o fenômeno de “refeudalização” seria paradoxalmente composto ao de reconhecimento institucional da sua normatividade para as sociedades democráticas, em que as questões relativas ao bem comum devem ser decididas de forma negociada entre autoridades e cidadãos.

Dessa forma, a categoria em questão deve ser analisada como um ideal normativo de comunicação pública e não como uma categoria constituída em sua essência em um dado momento histórico. Em vez de pensar em uma degeneração ou falsificação, talvez seja mais consistente propor que, enquanto ideal, a esfera pública nunca tenha sido plenamente alcançada, mas que tenha sofrido mudanças estruturais em diversos contextos, o que pode haver implicado em maior ou menor grau discursivo.

Em poucos trechos de *Mudança estrutural da esfera pública*, datado originalmente de 1962, Habermas (2003) chegou a relativizar um pouco o caráter manipulador da esfera pública midiática, reconhecendo haver aí limites. No entanto, mais de três décadas depois, é na obra *Direito e democracia* que ele apresenta um conceito mais amadurecido e flexível:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

Ela é compreendida então como uma rede comunicativa voltada para o entendimento que se ramifica em uma diversidade de arenas e “se articula



objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc.” (HABERMAS, 1997, p. 107). Além disso, é diferenciada em três tipos: esfera pública episódica (em encontros no cotidiano), esfera pública da presença organizada (em encontros institucionalizados) e esfera pública abstrata (na mídia).

Tal concepção nos leva a considerar a possibilidade da existência de uma esfera pública virtual que proporcione um espaço para a afirmação regionalista no caso da página Nação Nordestina, mesmo que, no conteúdo dela, possam estar implicados interesses privados⁷. Além disso, diante do contexto comunicativo complexo das mídias sociais, não analisado então pelo autor, talvez não seja possível caracterizar o objeto aqui pesquisado em apenas uma das categorias acima, mas considerar que nele possam constar elementos presentes nas três categorias.

O criador da página inclusive afirma haver uma ativa participação do público por meio das “curtidas”, comentários, compartilhamentos e mensagens, recursos importantes para um processo de comunicação pública.

Como eu costumo dizer: “800 mil cabeças pensam melhor do que uma”. Então os fãs do Nação Nordestina são muito participativos. Enviam muitas dicas: dicas de matérias, nordestinos que se destacaram no esporte, na música, na culinária... E assim a gente vai criando um conteúdo novo todo dia, se reiventando (informação verbal).⁸

No entanto, visto o contexto de co-presença física pressuposto inicialmente por Habermas (2003) para a esfera pública, discutiremos, na próxima seção, o que nos leva a defender a possibilidade de ela ser realizada também num meio virtual.

2. A esfera pública virtual

A ideia de *esfera pública virtual* não representa um consenso entre os autores⁹. Enquanto alguns celebram-na como um espaço discursivo ideal, outros relativizam ou até mesmo negam essa possibilidade. Apesar de considerarmos a categoria, é preciso reconhecer que os recursos técnicos não necessariamente garantem princípios como racionalidade, acessibilidade, discursividade e publicidade, embora

⁷ Interesses não apenas da parte de Bráulio, mas também de algumas empresas privadas que ele admite já ter firmado parcerias comerciais para divulgação na página.

⁸ Entrevista concedida por BESSA, Bráulio. Sucessos da Internet [out. 2013]. Entrevistador: Elon Nepomuceno. Fortaleza, 2013. Entrevista concedida ao programa Câmera 12, da TV Jangadeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IU4sOX0BeXA>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

⁹ Apesar de considerar a diversidade de perspectivas, utilizamos a categoria de esfera pública virtual apresentada pelos autores citados neste trabalho como uma forma significativa para compreender o contexto em que se dá o fenômeno aqui analisado. Para deter-se mais no debate em torno da categoria, cf. Marques (2006) e Maia (2001).



possam favorecê-los, dependendo da forma como são usados. O próprio Habermas (1997, p. 93) ressalta que “as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente” mas também admite que a mídia tem possibilitado que elas se desliguem da presença física.

Se são diversas as ressalvas à internet enquanto esfera pública, por outro lado não se pode negar que muitos debates só se concretizam por causa do advento desta modalidade de comunicação. O ambiente digital pode ser tachado de caótico, dominado por empresas que visam apenas o lucro, pouco afeito à racionalidade, onde não se realiza debate de qualidade ou ainda que não é levado à sério pelas instâncias decisórias do sistema político. Mas a constatação que deve ser feita é a de que o debate racional entre cidadãos comuns, por exemplo, se não acontece na internet, também não parece acontecer rigorosamente fora dela (MARQUES, 2006, p. 183).

Porque a internet dá ao usuário uma possibilidade de produzir conteúdos e de interagir com uma variedade de pessoas significativamente maior do que mídias menos recentes, ela pode tornar-se um espaço propício para a esfera pública. Observamos que esta pode ser constituída na Nação Nordestina tanto da parte do criador da página, que dificilmente poderia expressar seus posicionamentos com tanta repercussão sem a internet, quanto do público, que dificilmente teria tantas possibilidades de interagir com um conteúdo em outros contextos midiáticos.

Evidentemente, a Internet se mostra como um importante 'lugar', uma 'arena conversacional', na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso. As redes eletrônicas permitem que as pessoas interajam localmente ou transcendam as fronteiras do Estado Nação, para trocar informação e compartilhar interesses comuns em fóruns virtuais, em escala global (MAIA, 2001, p. 5).

Para o criador da página, essa “arena conversacional” da internet foi um espaço decisivo para que tanto ele quanto os nordestinos pudessem expressar uma identidade regional:

Depois que surgiu essa onda de mídias sociais – e eu tentei sempre ficar “antenado”, por dentro –, eu percebi, naquela época, em dezembro de 2011, que o Nordeste vinha sofrendo uma série de ataques nas mídias sociais. E eu não via... Além de não ver uma forma de se defender – não existia um espaço onde o nordestino pudesse se defender –, simplesmente não existia também um espaço onde pudesse ser divulgada a cultura, ser valorizada, romper as barreiras (informação verbal)¹⁰.

¹⁰ Entrevista concedida por BESSA, Bráulio. Facebook: por dentro da Nação Nordestina [mar. 2013]. Entrevistador: Emílio Moreno. Fortaleza, 2013. Entrevista concedida ao portal Tribuna do Ceará. Disponível em:



Entre as potencialidades da rede que favorecem as condições de racionalidade do debate público, Rousiley Maia (2001) destaca: a autoexpressão e o estabelecimento da comunicação sem coerções; a livre associação; a comunicação multidirigida; a visibilidade; e o anonimato. No entanto, ela reconhece as dificuldades enfrentadas para o estabelecimento de debates racionais e abertos na Internet, inclusive por causa de alguns dos elementos citados anteriormente. Por poderem estar anônimos, por exemplo, alguns usuários publicam comentários preconceituosos na página Nação Nordestina, como afirma Bráulio:

Com a possibilidade do anonimato, qualquer um cria um perfil *fake* no Facebook e sai falando mal de gays, sai falando mal de negros, de nordestinos. Com o povo nordestino, eu percebo que tem gente que faz isso e vai lá no Nação Nordestina pra afrontar justamente para tentar ganhar publicidade (informação verbal)¹¹.

Para ele, no entanto, esse fato gera uma troca de razões por parte do público nos comentários:

A partir do momento que os nordestinos da página, os fãs, interferem, tentam mostrar para aquela pessoa que não é assim que funciona, então ali às vezes pode dar até um choque de realidade nessa pessoa que tinha um conceito sobre o Nordeste e fazer mudar de opinião, e é menos um preconceituoso no mundo (informação verbal)¹².

Sem negar a possibilidade de haver esse convencimento em alguns casos por meio de argumentos racionais, preferimos entender a existência da esfera pública, mesmo a virtual, para além de uma conversação particular que resulte em um consentimento. Maia (2001) defende que aquela, mais do que ter o objetivo de chegar a um consenso para uma decisão específica, constituiu um processo reflexivo e disperso que já acontece em nossas vidas, em maior ou menor intensidade.

A dinâmica argumentativa está articulada a uma rede de conversações que opera de maneira distinta da conversação singular, do encontro dialógico ‘aqui e agora’. A formação consensual da vontade é o produto cumulativo de um conjunto de discussões sobre um determinado tempo. É um processo de interpretação coletiva a longo prazo, e não apenas um procedimento de tomada de decisão (MAIA, 2001, p. 10).

<<https://www.youtube.com/watch?v=M9xOSn6hKOk>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

¹¹ Ibid.

¹² Entrevista concedida por BESSA, Bráulio. Entrevista I [jun. 2014]. Entrevistador: João Victor Sales. Fortaleza, 2014. 1 arquivo .mp3 (20min.).



Compreendida assim para além do processo de “refeudalização” e de elementos, como os espaços institucionais, a presença física dos participantes e a conversação particular, a esfera pública mostra-se possível então, enquanto referencial normativo, também nos espaços virtuais.

A fim de analisar com mais propriedade a esfera pública constituída na Nação Nordestina, é importante recorreremos à categoria de opinião pública, sobre a qual tratamos na próxima seção como um padrão teórico comparativo para as opiniões formadas pelo público da página.

3. A opinião pública

Visto o seu caráter idealizado e o fato de ser, várias vezes, manipulada por interesses privados, a esfera pública pode ser constatada de forma mais efetiva nas práticas comunicacionais por meio da identificação de uma categoria: a *opinião pública*. Embora esta também contenha um caráter normativo e, por vezes, abstrato, ela se caracteriza por um elemento material: é um conjunto de posições, concepções, convicções como um razoável e possível consenso material no interesse geral sobre matérias, temas e objetos em discussão. Esses posicionamentos necessariamente gozam de um amplo assentimento entre o público, embora não os consideremos constituintes de uma opinião pública enquanto grandeza meramente quantitativa. Afinal, ela também é definida de acordo com a sua origem: é um posicionamento resultante de uma discussão crítica na esfera pública (HABERMAS, 1997; GOMES, 1998).

O assentimento a temas e contribuições só se forma como resultado de uma controvérsia mais ou menos ampla, na qual propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional (HABERMAS, 1997, p. 94).

Por conta dessa possibilidade de o processo ser “mais ou menos” próximo do ideal de comunicação pública, o conceito de opinião pública deve ser analisado num sentido comparativo, sobretudo em contraposição às opiniões não-públicas. Estas seriam o alvo, por exemplo, de práticas comunicacionais que visam não ao esclarecimento racional e argumentativo mas à manipulação do público por meio de interesses privados:

Opiniões não-públicas funcionam em grande número e “a” opinião pública é, de fato, uma ficção; mesmo assim, é preciso fixar-se no conceito de opinião pública num sentido comparativo [...] (HABERMAS, 2003, p. 283).



Os conceitos são úteis a esta pesquisa para identificar um possível processo de comunicação pública na Nação Nordestina por meio de uma abordagem regionalista. Estas seriam questões mais próximas ao público, que tende, sobretudo no contexto da esfera pública virtual, a engajar-se em debates específicos considerados relevantes para a vida cotidiana. A página desenvolve assim uma espécie de arena discursiva temática, em que são discutidas e politizadas questões consideradas até então novas para boa parte da mídia (MAIA, 2001). Bráulio Bessa destaca esse caráter de proximidade do público e de uma certa “espontaneidade” nessa relação estabelecida com a página:

[...] Primeiro que eu não faço nenhum tipo de trabalho de marketing pago ao Facebook [...] Então quem está ali realmente são amantes da cultura nordestina, são pessoas que, de certa forma, abraçam essa luta, essa causa (informação verbal)¹³.

O fato de a página abranger um vasto público, embora não indique necessariamente a formação de uma opinião pública, ao menos pressupõe haver algum tipo de identificação com as questões abordadas. O próprio criador disse ter-se surpreendido com a repercussão da Nação Nordestina entre os públicos dos diversos Estados por onde passa.

Entendemos isso como consequência de um processo peculiar de autoidentificação e autolegitimação de Bráulio perante o público. Como o consideramos um tipo de ator que, segundo Habermas (1997), surge do público e diferencia-se, participando da reprodução da esfera pública, ele precisou produzir e reforçar características próprias diante do público. E o conteúdo da página deixa claro que essas características dele e da página são marcadas por elementos que se apresentam como regionais e por isso favorecem a identificação por parte dos fãs.

No entanto, um complicador aqui se coloca, ao tomar como base a teoria habermasiana: para o autor, opiniões informais sobre questões culturais que parecem óbvias e indiscutíveis, oriundas de processos de aculturação, geralmente excluídos da própria reflexão, e intermediadas por tradições profundamente arraigadas, consistiriam em opiniões não-públicas e seriam próprias de formações sociais pré-burguesas (HABERMAS, 2003).

Se a constituição de posicionamentos sobre questões culturais e tradicionais fosse entendida como opinião não-pública, ela estaria então relacionada com uma concepção sobre as identidades que Canclini (2008) denomina de “fundamentalista” e

¹³ Ibid.



que consiste na mera afirmação romântica de uma homogeneidade cultural entre os membros de uma sociedade, marcante na revitalização de regionalismos.

Um dos usos que pode ser feito da reivindicação regionalista é o de procurar opor regiões entre si, pressupondo que cada uma delas é internamente homogênea e, portanto, portadora de interesses comuns, e escamoteando assim suas clivagens de natureza social, econômica e cultural. O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza estas diferenças na construção de identidades próprias (OLIVEN, 1992, p. 16).

Em vez de compreender a identidade como uma categoria construída a partir da homogeneização de diferenças internas e de diferenciações externas, uma concepção fundamentalista prefere a afirmação de identidade à sua negociação (CANCLINI, 2008), o que, muitas vezes, está associado a práticas não-democráticas e não-discursivas. A exemplo de diversos movimentos afirmativos étnicos, muitos dos quais baseados em ações violentas, observamos que a internet pode ser usada de forma hierárquica, reproduzindo padrões autoritários (MAIA, 2001).

Se considerássemos a Nação Nordestina, cujo conteúdo é marcado, muitas vezes, por questões culturais tradicionais, como pertencente a uma perspectiva fundamentalista, já estaria então negada a possibilidade de uma esfera pública e, por consequência, de uma opinião pública constituída aí. No entanto, observamos no conteúdo da página, e isto também nos foi relatado por Bráulio, que a afirmação da identidade regional não parece buscar seguir, pelo menos da sua parte, uma abordagem fundamentalista. Ele afirmou inclusive que sequer intervém por meio da exclusão de comentários contrários às suas concepções, nem produz conteúdos que atinjam a identidade de outras regiões.

[...] O que eu sempre prego, que é: falar bem do Nordeste, defender a cultura, mostrar o que a gente tem de bom, sem ofender outra cultura, sem precisar estar cometendo o erro que foi pelo qual eu tive a iniciativa de criar a página, que foi justamente tanto a parte de preconceito contra o povo nordestino (informação verbal)¹⁴.

Mesmo assim, ainda há certa resistência em reconhecer a possibilidade de um processo argumentativo em uma instância midiática, no caso do Facebook, resultar em uma opinião pública. Entretanto o contexto da esfera pública virtual nos leva a considerar aspectos que são mais complexos que aqueles analisados inicialmente pelo

¹⁴ Ibid.



autor e que nos fazem reforçar a hipótese de uma esfera pública constituída na Nação Nordestina.

Vejamos, por exemplo, uma proposta do autor, diante da concepção idealizada e não atingível de opinião pública:

[...] Ela só pode ser definida comparativamente. O grau de caráter público de uma opinião pode ser medido pelo seguinte: até que ponto esta provém da esfera pública interna à organização de um público constituído por associados e até que ponto a esfera pública interna à organização se comunica com uma esfera pública externa que se constitui no intercâmbio jornalístico-publicitário através dos mídias e entre organizações sociais e instituições estatais (HABERMAS, 2003, p. 288).

Como forma de buscar o ideal normativo de opinião pública, o autor propõe que ela seja desenvolvida numa esfera pública interna à estrutura das associações, à medida em que estas estejam em comunicação com outras esferas públicas. Certamente essa concepção está relacionada ao fato de, naquele contexto histórico, nenhuma esfera pública midiática possibilitava o tirocínio público de forma tão efetiva quanto as reuniões baseadas na co-presença física dos participantes. E eram as associações as principais instâncias interessadas na discussão de questões relevantes, de forma que pudessem promover esses encontros.

No entanto, ao transpor a discussão para o contexto comunicativo atual, identificamos, sobretudo na internet, recursos que dispensam a co-presença física e inclusive a associação deles em torno de uma instituição. E é essa potencialidade maior de interatividade na internet, em comparação com outras instâncias midiáticas, além das questões abordadas na seção anterior, levam-nos a considerar a possibilidade de uma esfera pública virtual.

Uma última questão a ser levantada é se, diante da institucionalização da Nação Nordestina enquanto uma marca comercial, a opinião aí formada não tenderia a ser não-pública, visto o processo de refeudalização apontado por Habermas (2003). Contudo, por ter despontado da própria esfera pública virtual, talvez seja mais difícil para Bráulio abrir mão de alguns valores dela, como a liberdade argumentativa. De fato, observamos na página alguns comentários contrários às ideias de Bráulio que não haviam sido excluídos.

Na verdade, eu não tenho nem como ter um controle dos comentários, porque [em] uma página que você tem ali já mais de um milhão de

fãs, o conteúdo, ele é muito disseminado, então eu não tenho como estar fazendo um filtro de comentários (informação verbal)¹⁵.

Outro ponto que poderia corresponder em um risco para o caráter público da opinião seria a interferência de interesses de anunciantes. Apesar de ter passado mais de um ano sem publicidade, hoje a página já conta com alguns “parceiros”. No entanto, Bráulio ainda se diz cauteloso nesse sentido:s.

Quem curtiu a Nação Nordestina não está querendo ver propaganda, ele quer ver o conteúdo nordestino. Então existem empresas que têm um foco no público nordestino e que procura a gente para fazer, às vezes, campanhas [...] E a gente tem que ser muito cauteloso nesse tipo de situação. Então não vou dizer que a gente é fechado a parceiros, fechado à publicidade hoje, porque é um trabalho que consome 100% do meu tempo. Eu trabalho dia, noite e, muitas vezes, de madrugada. Então tem conta para pagar, e a gente tem que ganhar dinheiro também. Mas, de toda forma, jamais você vai ver uma propaganda de uma lingerie na Nação Nordestina. Não é o foco do público. Então [para] a publicidade saudável, que eu julgue não ser ofensiva, a gente está aberto a parceiros (informação verbal)¹⁶.

Se essas condições não resultam em uma esfera pública ideal, que talvez nunca tenha existido de fato, elas não deixam de, quem sabe, incluímos a Nação Nordestina como uma manifestação prática dessa categoria teórica, a partir das diversas proposições feitas ao longo deste artigo. Ou seja: ao menos da parte tanto dos recursos interativos próprios da mídia social Facebook quanto das atitudes demonstradas por Bráulio no tratamento do conteúdo, a própria página poderia ser entendida como uma esfera pública.

Considerações finais

Com um propósito basicamente exploratório, este artigo procurou desenvolver a hipótese de que a página Nação Nordestina, no Facebook, poderia ser analisada como uma esfera pública virtual, tanto do ponto de vista prático quanto teórico.

Considerando as perspectivas habermasianas, encontramos, nos recursos interativos da mídia social e no discurso do criador da página, elementos próprios de um processo de comunicação pública, como a troca pública de razões, a liberdade argumentativa, a publicidade e a acessibilidade. Além disso, principalmente pelo caráter não-fundamentalista com que são produzidos os conteúdos, ainda que marcados por

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.



questões culturais tradicionais, não identificamos as concepções formadas a partir desse tirocínio público como integrantes de uma opinião não-pública.

Certamente o caráter focado que demos à abordagem teórico-metodológica não nos permite ter uma visão tão complexa das categorias e do próprio objeto. Inclusive para um desenvolvimento mais efetivo do conceito de opinião pública, enquanto referência normativa privilegiada para a esfera pública, sugerimos novas investigações, agora a partir das próprias discussões realizadas na página, cuja extensão e complexidade exigem um trabalho de mais fôlego do que apenas um artigo.

No entanto, propomos uma hipótese que, se não é confirmada por outras perspectivas, ao menos nos instiga a aprofundar cada vez mais o conceito de esfera pública de forma normativa na análise de práticas comunicativas cotidianas, para além daquelas associadas a processos político-partidários.

Referências bibliográficas

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, W. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (Orgs) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 155-186.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAIA, Rousiley. **Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, p. 46-60, 2001.

MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abr./mai. 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU; Edusp, 1975.